

A MORTE RÉGIA EM COMPARAÇÃO: AS NARRATIVAS FÚNEBRES SOBRE OS REIS DE PORTUGAL E DE CASTELA NO SÉCULO XV (1454 - 1481)

THE ROYAL DEATH IN COMPARISON: THE FUNERAL NARRATIVES OF THE KINGS OF PORTUGAL AND OF CASTILE IN THE 15TH CENTURY (1454 - 1481)

HUGO RINCON AZEVEDO*¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a construção da memória sobre a morte da realeza ibérica em meados do século XV, com ênfase nas narrativas e no memorial funerário edificado entorno das dinastias de Avis, em Portugal, e de Trastâmara, em Castela. Para tanto, analisaremos os discursos e as narrativas cronísticas sobre o falecimento dos reis D. Afonso V (1438 - 1481) de Portugal, D. Juan II (1406 - 1454) e D. Henrique IV (1454 - 1474) de Castela, sob a perspectiva da história comparada, buscando compreender como as monarquias peninsulares se apropriaram da construção e da celebração da memória da morte como instrumento de propagação e evocação do poder político.

Palavras-chave: História Comparada; morte; memória.

Abstract: This article aims to analyze the construction of death of the Iberian royalty in the middle of the 15th century, with an emphasis on narratives and the burial memorial built around the dynasties of Avis in Portugal and of Trastâmara in Castile. Therefore, we will analyze the speeches and chronical narratives about the death of the kings D. Afonso V (1438 - 1481) of Portugal, D. Juan II (1406 - 1454) and D. Henrique IV (1454 - 1474) of Castile, under the perspective of a comparative history, seeking to understand how peninsular monarchies appropriated the construction and celebration of the memory of death as an instrument for the propagation and evocation of political power.

Keywords: Comparative History; death; memory.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás com período sanduíche na Universidade de Coimbra (2019/2020), bolsista CAPES PDSE. (E-mail: hugo_jsk@hotmail.com).

¹ Artigo recebido em 15 de março de 2020 e aprovado para publicação em 12 de novembro de 2020.

Introdução

As memórias construídas sobre o fundador da dinastia de Avis, enquanto um discurso propagador de poder, é uma temática que tem ganho força na historiografia portuguesa desde as últimas décadas do século passado, influenciada especialmente pelo advento da *História das Mentalidades*, perspectiva desenvolvida por Jacques Le Goff² e seus colegas da terceira geração da *Escola dos Annales*. No intuito de se fazer uma nova história política, historiadores lusitanos, como Armindo de Sousa no texto *A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)*³, exploraram intensamente os usos do passado e, por essa via, abordaram a construção de memórias fúnebres como mecanismos de consolidação do poder político.

O trabalho precursor de Armindo de Sousa nos inspirou a entender melhor esse processo. Interessa-nos, principalmente, o culto à morte dos reis de Avis no século XV; culto que se estendeu de D. João I (1385 - 1433) aos sucessores D. Duarte (1433 - 1438), D. Afonso V (1438 - 1481) e D. João II (1481 - 1495) e abrangeu membros da realeza e da corte avisina. É nesse sentido que propomos analisar, neste texto, os discursos cronísticos em relação à morte do rei D. Afonso V de Portugal em comparação com as narrativas fúnebres sobre os monarcas castelhanos D. Juan II (1406 - 1454) e Henrique IV (1454 - 1474), seus contemporâneos.

As narrativas das mortes de reis e rainhas nas crônicas medievais ibéricas têm como principal objetivo demonstrar que, com o passamento dos monarcas, o reino não se acaba, mas, pelo contrário, renova-se. As crônicas régias, inspiradas pelo modelo de narrativa bíblica, foram se transformando durante os séculos finais da Idade Média em uma importante ferramenta de propagação do poder dos reis. Baseadas em escritos e testemunhos orais, as primeiras crônicas régias foram escritas por clérigos e, depois, dentro de um movimento crescente de laicização da cultura, “[...] homens ligados ao serviço régio e nobres começaram a escrever crônicas que passaram a ser lidas como exemplos para o caminho reto de monarcas e outros nobres”⁴.

Nesse sentido, nossa proposta metodológica consiste na análise do discurso dos cronistas portugueses e castelhanos produzidos entre os séculos XV e XVI. Assim,

² LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. pp. 68 - 83.

³ Cf. SOUSA, Armindo de. **A morte de D. João I** (um tema de propaganda dinástica). Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

⁴ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Capítulos de história: o trabalho com fontes**. Curitiba: Aymarã Educação, 2012, p. 86.

priorizaremos os cronistas que atuaram nas cortes das dinastias de Avis e Trastâmara, com ênfase nas narrativas de Rui de Pina⁵, Garcia de Resende⁶ e Damião de Góis⁷, do lado lusitano, e Pedro Ayala⁸, Pérez de Gúzman⁹ e Enríquez del Castillo¹⁰, na vertente castelhana. Para isso, recorreremos ao aporte teórico desenvolvido na história comparada, sobretudo, nos estudos *Os Reis Taumaturgos* e *Para uma história comparada das sociedades europeias*¹¹ de Marc Bloch. A primeira consiste em uma obra clássica em que o historiador compara a sacralização das realezas francesas e inglesas na Baixa Idade Média, enquanto a segunda nos fornece um rico subsídio para se compreender, dentro de contextos históricos específicos, as semelhanças e as diferenças entre duas sociedades com características sociais, políticas e culturais próximas, como é o caso dos reinos de Portugal e Castela no século XV.

O conceito de “boa morte”¹² no medievo é dos principais pilares de nosso estudo. Analisar as relações do homem com a morte ao longo dos tempos é compreender que estas se inserem no interior das redes sociais, das estruturas de autoridade e poder e dos sistemas simbólicos. As concepções de morte durante a Idade Média passaram por um processo de transição entre a evocação da “boa morte” e a “morte bem administrada” que, conforme o

⁵ Rui de Pina (1440 - 1522/23) foi um cronista e diplomata português. Pina ocupou importantes funções nas cortes dos reis portugueses no final do século XV e início do XVI. Prestou serviços ao reinado de D. João II (1481 - 1495) e D. Manuel I (1495 - 1521) e, por ordenação do segundo, escreveu as crônicas de vários reis portugueses, como a de D. Duarte (1433 - 1438), D. Afonso V (1433 - 1481) e D. João II.

⁶ Garcia de Resende (1470 - 1536) foi um fidalgo e cronista português. Filho de um fidalgo da corte de Afonso V, serviu na corte de seus sucessores, D. João II e D. Manuel I.

⁷ Damião de Góis (1502 - 1574) foi um humanista, diplomata, cronista, escritor e funcionário régio português, servindo nos reinados de D. Manuel I (1494 - 1521) e D. João III (1521 - 1557). É considerado um dos principais nomes do humanismo e renascimento português no século XVI.

⁸ Pedro López de Ayala (1342 - 1407) foi um nobre e cronista castelhano. As principais narrativas biográficas dos primeiros reis de Trastâmara foram escritas por Lopez de Ayala que buscou, por meios de seus escritos, enaltecer a nova dinastia castelhana que, semelhante à realeza avisina, também necessitava de meios para se legitimar.

⁹ Fernán Pérez de Guzmán (1377/1379 - 1460) foi um cronista e poeta castelhano de origem nobre, atuando no reinado de D. Henrique III como embaixador de Castela no reino de Aragão. Sobrinho de Pedro Ayala, Guzmán sucedeu seu tio como cronista oficial da Casa de Trastâmara, sendo responsável pelos registros e narrativas das histórias da monarquia castelhana.

¹⁰ Diego Enríquez del Castillo (1443 -1503) foi um cronista castelhano. Castillo também atuou como capelão e conselheiro real durante o reinado de D. Henrique IV.

¹¹ BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades européias. In: BLOCH, Étienne (Org.); BLOCH, Marc. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p.119 - 150.

¹² A “boa morte” é a leitura que o célebre estudo sobre a história da morte de Philippe Ariès, *L’Homme devant la mort*, evocou na ideia de “morte domada”. Baseando-se nos romances de cavalaria medievais, Ariès sugere que a domesticação da morte estava na perspectiva de reconhecimento da iminência do próprio morrer e na realização dos preparativos para o bem-estar da alma. Domar a morte tinha como característica um modelo de comportamento que visava à superação do medo e ao aprendizado da convivência com a morte, na tentativa da consolidação do domínio desta por meio de uma solene ritualização. Cf. ARIÈS, Philippe. **L’Homme devant la mort**. Paris: Seuil, 1977.

sociólogo Allan Kellehear¹³, era a tentativa de controle do morrer, na cooperação entre o morrente e o seu meio social¹⁴. Analisamos a concepção de “boa morte” dentro de uma história de longa duração¹⁵, entendendo se tratar de um processo que se inicia durante a sedentarização do homem e se desenvolve em diferentes ritmos na Antiguidade, consolidando-se no medievo em uma “morte cristianizada”. Essa morte era institucionalmente administrada pelo clero, mas, nas práticas e representações, apresentava rupturas e continuidades com as concepções antigas, dialogando com a tese de “morte domada”, defendida pelo medievalista francês Philippe Ariès¹⁶.

O nosso recorte cronológico se concentra entre os anos de 1454, ano da morte do rei Juan II de Castela, e de 1481, data do passamento de D. Afonso V de Portugal. A escolha desse período e dos reis se justifica devido a semelhanças que encontramos na realidade peninsular, uma vez que, no período selecionado, os dois reinos possuem governantes com características semelhantes de exercício do poder régio e boas relações diplomáticas, no caso de Afonso V e Henrique IV. Tendo em vista o recorte temporal, o objetivo deste texto é observar como a construção da memória dos feitos em vida influenciou na edificação do memorial fúnebre dos soberanos ibéricos. Portanto, analisaremos os recursos da construção da memória histórica como um instrumento de propagação do poder político, especialmente por meio das narrativas da memória da morte régia em dois reinos da Península Ibérica em meados do século XV.

As narrativas da morte do rei D. Afonso V

No que diz respeito à redação de textos historiográficos ou biografias, como as crônicas régias contemporâneas aos monarcas protagonistas dessas narrativas, nem sempre o relato, ou

¹³ KELLEHEAR, Allan. **Uma história social do morrer**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

¹⁴ Conforme Allan Kellehear, a “morte bem administrada” consistiria na tentativa de controle da própria morte em que o morrente conta com o auxílio externo e profissional, como também de membros da própria família do meio social. Com o crescimento das cidades na Baixa Idade Média, novas profissões e grupos sociais surgiram, como os estratos sociais médios que poderiam pagar por auxílios a saúde e buscavam controlar a morte com o serviço de três profissionais: o médico, o advogado e o clérigo. O morrente urbano contratava pessoas para cuidar do seu processo de morrer, cabendo: aos médicos evitar a dor e aliviar os sintomas; ao advogado garantir os desejos finais e a transmissão patrimonial; aos clérigos a orientação e conselho espiritual final e, principalmente, a realização de missas e ritos que garantiriam a boa passagem do moribundo. KELLEHEAR, Allan. *Op. cit.*, 2016, p. 241.

¹⁵ Cf. BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. In: _____. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41 - 78.

¹⁶ Cf. ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

o discurso cristalizado da morte dos reis, corresponde ou é similar às virtudes ou às grandes conquistas realizadas em vida pelos soberanos. As narrativas fúnebres de D. João I evocaram intensamente a boa memória do rei e ressaltaram, principalmente, a busca pela vitória em Aljubarrota como principal fator de referência da trajetória do rei. Assim, essas narrativas associaram o morrer do monarca com outros eventos do seu reinado, que foram considerados pelos narradores como dignos de registro¹⁷. Já no caso do breve reinado de D. Duarte, o desastre de Tânger¹⁸ aliado à característica principal do monarca, descrito como “doente do humor menencorico”¹⁹, trouxe nas narrativas do morrer do *Rei Eloquentes* os traços de uma morte melancólica. Os 43 anos de reinado de D. Afonso V parecem refletir nos discursos cronísticos sobre a sua morte as características que os cronistas consideravam como pontos “altos e baixos” do reinado, tendendo a associar o morrer desse rei com o abatimento das derrocadas finais de seu reinado, especialmente em relação às derrotas em conflitos peninsulares.

Como é de costume nas crônicas régias, Rui de Pina dedicou o último capítulo da *Crônica de El Rey D. Affonso V*²⁰ para descrever as principais características físicas, comportamentais e morais do rei biografado. No texto, intitulado *Das feições, bondades e virtudes d'El Rei D. Affonso*, relatou as feições do monarca: a estatura médio-alta, os membros bem feitos e proporcionais; o rosto redondo, bem preenchido com uma barba preta; o corpo densamente coberto por pelos, com exceção da cabeça, pois, após os trinta anos, começara a ficar calvo²¹. Posteriormente, a narrativa apresenta as virtudes do monarca: o príncipe manifestava uma presença graciosa e grande humanidade e, apesar de sua “fala doce”, era rígido no cumprimento da justiça, na outorga e na concessão de mercês, como a dignidade régia exigia.

¹⁷ Sobre o recurso à escrita e o registro da história pelos cronistas de Avis enquanto um mecanismo de construção e manifestação do poder real, Cf. HOFFMANN, Raquel. Literatura Moralizante Avisina - Contexto e Conceito. In: NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo, ALVES, Gracilda, MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Poder e Relações de Solidariedade - Do Portugal Medieval à Alvorada dos Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015. p. 174 - 187.

¹⁸ O desastre de Tânger foi um evento que marcou profundamente o período duartino. A tentativa do monarca de manter as conquistas em África, dando prosseguimento à tomada de Ceuta, foi um fracasso e, mais que isso, levou um infante D. Fernando a morrer em cativeiro nas mãos dos inimigos islâmicos; fato que trouxe sérios problemas internos e externos para D. Duarte e o reino português em meados do século XV, ainda mais levando em consideração a importante política da construção da imagem do reino perante à cristandade e ao contexto europeu da época. Cf. DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte**. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

¹⁹ Cf. D. DUARTE. **Obras**. Introdução e Seleção de Afonso Botelho. Edição comemorativa aos 600 anos do nascimento do rei. Lisboa: Verbo, 1991.

²⁰ PINA, Rui de. **Crônica de El Rei D. Afonso V**. Lisboa: Escriptorio, 1901, v. III, cap. CCXIII, pp. 150 - 152. Doravante, ao citarmos essa crônica, utilizaremos a sigla CDAV.

²¹ CDAV, cap. CCXIII, p. 150.

D. Afonso, como seu pai, é descrito como era um amante do conhecimento, das letras e das ciências, tendo se dedicado aos estudos e ao exercício da oratória e, assim, “honrou muito os que a sabiam”²².

A descrição de Pina coincidiu com diversas cartas régias destinadas para doações e pagamentos a atividades intelectuais, como podemos observar no trecho de uma carta do monarca para o seu cronista-mor, Gomes Zurara, em que afirmou que se valorizava muito aqueles que dominavam a arte bélica, enquanto poucos se dedicavam ao estudo da arte da oratória, “[...] não hé sem rezão que os homens que tem vosso cargo sejam de prezar e honrrar [...] feytos dinos de memoria, aquelles que depoy de seus dias os escreverão muyto louvor merecem”.²³ Nessa perspectiva, Pina apontou que Afonso V foi o primeiro rei de Portugal a formar uma grandiosa biblioteca nos paços reais, sendo precursor também na relação com os súditos, ao manter um contato mais próximo com o “povo”, visitando vilas e cidades, praças e lugares públicos e se fazendo ser visto nesses locais.

O retrato do cronista reforçava o poder simbólico do rei²⁴, que, ao aparecer em público, propagava a autoridade real e transformava cada uma dessas visitas em atos de proximidade com os súditos, isto é, convertia a presença real em um evento solene e, portanto, idealizador do poder régio. Tendo isso em vista, percebemos a intenção do cronista em ressaltar essa prática inovadora, afirmando que anteriormente os reis portugueses raramente faziam tais atividades, “[...] que quando alguma hora ante a face do povo sahiam, concorria de todalas ruas tanta gente para os vêr, como se fosse uma gram novidade”²⁵, que, na ótica do cronista, partira da “grande humanidade” do rei, que, por sua vez, objetivava facilitar o atendimento aos requerimentos do povo.

²² *Ibidem*, p. 151.

²³ Utilizaremos neste artigo a grafia da transcrição paleográfica dos manuscritos adotada pelos organizadores e editores das fontes documentais consultadas. D. AFONSO. Carta Régia de D. Afonso V destinada ao cronista Gomes Eanes de Zurara. In: GOMES, Saul António. **D. Afonso V, o africano**. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 9.

²⁴ Pierre Bourdieu nos oferece um rico subsídio para a análise das representações tanto discursivas quanto ideológicas de dominação e perpetuação de um grupo social sobre os demais. A partir de Bourdieu, entendemos o conceito de poder simbólico como as formas de poder utilizadas por grupos dominantes objetivando legitimar uma ordem estabelecida por meio da fixação de distinções (hierarquias). Entendemos que esse mecanismo de reforço do poder régio por meio do discurso fúnebre esteve fortemente presente nos registros cronísticos, nos ritos, cerimônias e nos monumentos utilizados pelos monarcas de Avis e Trastâmara como meio de propagar a autoridade real. Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

²⁵ CDAV, III, cap. CCXIII, p. 151.

Em seguida, Pina descreveu os atributos morais de D. Afonso, definindo-o como príncipe católico e defensor da fé e destacando a atuação deste nas conquistas e no combate aos infiéis em África, o que lhe daria mais tarde o epíteto “o Africano”.²⁶ Chama atenção uma questão importante abordada pelo cronista, a “grande humanidade” do rei D. Afonso V visível na abertura ao diálogo com o conselho e, especialmente, na influência dos tios do rei após a entronização, sendo esta uma característica apontada como virtude, mas pode também ser entendida como uma “fraqueza”. O cronista sugeriu que o coração bondoso do rei o faria se sujeitar aos pedidos e às concessões daqueles que se aproveitavam dessa situação para requerer mercês.²⁷ Situação que possivelmente se relacionaria à descentralização do poder monárquico em contrapartida ao crescimento da autoridade nobiliárquica no reino. Nesse sentido, D. João II reclamou que seu pai o fez “rei das estradas”²⁸. Tais características, aliadas aos eventos escolhidos como mais marcantes pelos cronistas, seriam evocadas na edificação de uma memória do morrer do rei D. Afonso V.

As narrativas da morte de D. Afonso V, o Africano, construídas pelos cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende contêm semelhanças e diferenças em relação às memórias fúnebres do pai e do avô da majestade. Na *Crónica de El Rey D. Affonso V*, Pina nos traz o discurso de uma morte súbita e triste, com poucos detalhes, próxima à narrativa do passamento melancólico de D. Duarte. Para o cronista, D. Afonso V partiu deste mundo de forma breve e, do mesmo modo, foi rapidamente sepultado na Batalha, entristecido pelos últimos infortúnios em África; pela derrota em suas pretensões à Coroa Castelhana; e, principalmente, pela sua segunda consorte, a Rainha Joana, a Excelente Senhora, renunciar aos títulos reais e se retirar para a vida secular no Mosteiro de Santa Clara; fatos que acabaram por provocar um profundo abatimento psíquico Em D. Afonso V²⁹.

Na narrativa de Pina, D. Afonso teria adoecido de grande “[...] infirmitade, de que esteve aa morte, e a causa dela segundo seus accidentes era soamente reportada a nojo e

²⁶ De acordo com Saul A. Gomes, o epíteto “o Africano”, atribuído a Afonso V seria inspiração dos cronistas e intelectuais da corte portuguesa dos finais do século XV e do século XVI. Acredita-se que um dos primeiros a lhe conferir esse título fora o erudito renascentista Cristóvão Rodrigues Acenheiro, em *Crônicas dos Senhores Reis de Portugal*, redigida em 1530, que trata o monarca como “Africano Rei”. GOMES, Saul António. *OOp. cit.*, p. 11.

²⁷ CDAV, III, cap. CCXIII,

²⁸ Cf. MENDOÇA, Manuela. **D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal**. Lisboa: Estampa, 1991.

²⁹ GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p. 344.

padecimentos, que recebia por a mudança e cousas da Excelente Senhora, pera que era constrangido”³⁰. Ainda para o cronista, o rei parecia entregue à morte, nunca mais teria sido feliz, sempre andando de forma retraída e pensativa, vivia mais como um homem que se abstinha das preocupações do mundo, distante de ser o rei que tanto as estimava³¹.

O discurso do cronista insistiu no abatimento do monarca, nos próximos capítulos narrou a saída do rei da Corte em Lisboa devido a pestilência que avançava pela cidade. Na sequência, retratou o encontro do monarca com o seu filho, o príncipe herdeiro D. João, no qual o rei apresentava a intenção de abdicar ao trono, determinando que no fim daquele ano deveria se “[...] fazer côrtes geraes em Estremoz; porque em Lisboa e Evora morriam [referindo se ao surto da Peste nas cidades], e leixar a inteira governança dos Reinos ao Principe seu Fylho”³². Em agosto de 1481, já com a doença em estágio avançado, provavelmente oriunda da peste que se espalhava pelo reino, o monarca não apresentava melhoras, vindo a falecer no dia 28 desse mês. Conforme Pina, D. Afonso V morreu numa terça-feira, dia de Santo Agostinho, após fazer o testamento, e “[...] recebendo todos os sacramentos alli acabou como bom e catholico christão, dando sua alma a Deos [...] E na propria casa em que nasceo, ali morreu e acabou”³³. Rui de Pina encerrou a narrativa da morte de Afonso V descrevendo o sepultamento do monarca, em que “[...] foy seu corpo metido em hum ataude, e [...] levado ao mosteiro da Batalha”³⁴, sendo enterrado na sala capitular enquanto aguardava a construção de “sua solemne merecida sepultura”³⁵.

O cronista não entrou em maiores detalhes sobre o testamento e percebemos na narrativa uma breve alusão à “boa morte”. Apesar de quase súbito e com teor triste, o passamento do monarca foi pressentido e, assim, D. Afonso se preparou para morrer, participando dos ritos necessários para a boa passagem no outro mundo, além de deixar exigências a se cumprirem pelos destinos de sua alma após a morte. Chama-nos atenção no discurso de Pina a súbita morte

³⁰ CDAV, III, caps. CCVIII - CCIX, p. 140.

³¹ CDAV, III, cap. CCIX.

³² CDAV, III, cap. CCXII, p. 142.

³³ CDAV, III, cap. CXCII, p. 149.

³⁴ *Idem*.

³⁵ O desejo de D. Afonso V era de ser sepultado em uma das capelas do monumento funerário construído por seu pai no Mosteiro da Batalha. Como se sabe, no período da morte do rei, o monumento ainda se encontrava em construção, com as obras inacabadas, e, por isso, foi sepultado provisoriamente na sala capitular do convento dominicano, que, adaptada para uma câmara funerária, ergueu-se bem no meio o túmulo do monarca. GOMES, Saul. *Op. cit.*, p. 361.

do rei, provavelmente devido a pouca idade, falecido aos 49 anos, desses 43 como rei de Portugal (considerando o período regencial de D. Pedro). Se compararmos com as narrativas do cronista quanto à morte de D. João I, que também teve um reinado longo, parece um pouco estranho o silenciamento dos acontecimentos no leito de morte de Afonso V, próximos ao discurso fúnebre de D. Duarte narrado pelo cronista³⁶.

Se Rui de Pina não deu a importância devida à descrição dos últimos momentos do monarca³⁷, Garcia de Resende, em *Crónica de D. João II e Miscelânea*³⁸, traria uma narrativa com maiores detalhes acerca da morte de Afonso V. Assim como Pina, Resende também afirma que o monarca faleceu de uma morte rápida e inesperada, de uma doença da qual os físicos não conseguiam identificar a causa e pelo abatimento causado pela “mudança e cousas da Excelente Senhora”³⁹. Apesar das semelhanças com a narrativa de Pina, Garcia de Resende divergiu ao apontar o príncipe D. João como o responsável pelos preparativos da boa morte do pai, preocupado com o destino da alma do progenitor, dando as garantias necessárias para a boa passagem deste ao outro mundo⁴⁰.

A atuação dos reis medievais nas exéquias fúnebres e na edificação de monumentos sepulcrais para os seus antecessores consistia no desejo de exaltação da sua ascendência⁴¹. Conforme Maria Garcez Ventura, no Portugal medieval, prevalecia a concepção teocrática do

³⁶ Conforme Saul Gomes, o silenciamento de Rui de Pina e o teor pouco descritivo da sua narrativa sobre a morte de D. Afonso V podem se relacionar aos rumores de patricídio que tomavam conta da corte. Murmurava-se que os médicos suspeitavam da morte súbita do Africano e havia quem a atribuía ao “dedo envenenador” do príncipe D. João, como relatou o marquês de Montemor aos senhores de Castela. Para evitar levantar polêmicas e provocar o esquecimento desses boatos, Pina provavelmente optou por negligenciá-los. GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p. 346.

³⁷ É importante ressaltar que as duas narrativas mais antigas sobre a morte de D. Afonso V foram registradas por cronistas contemporâneos ao seu sucessor, D. João II, e que conviveram na sua corte (Rui de Pina e Garcia de Resende). Pina se tornou o cronista-mor do reino a mando de D. Manuel I, mas ainda no reinado do antecessor, por volta de 1490, tornou-se responsável pela escrita das crônicas de diversos reis de Portugal. Por volta de 1533, Garcia de Resende teria redigido a crônica do Rei D. João II, mesmo sendo mais jovem, presenciou de perto muitos dos eventos narrados. Na crônica de D. Afonso V, Rui de Pina escreveu cerca de 20 anos após os eventos narrados, enquanto Garcia de Resende produziu os relatos mais de 50 anos após o falecimento do rei. Isso significa que, acompanhando os governos de D. João II e D. Manuel I, os cronistas, especialmente Rui de Pina, tiveram como base para além das fontes e documentos consultados, a experiência vivida no reinado desses monarcas, o que explica o protagonismo exercido por D. João II nos momentos finais da vida do seu pai, motivando na escrita uma comparação entre os soberanos. Cf. GOMES, Saul António. *Op. cit.*, 2009.

³⁸ RESENDE, Garcia de. *Chronica de El Rei D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902.

³⁹ RESENDE, Garcia de. *Op. cit.*, cap. XXII, p. 59.

⁴⁰ GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p. 346.

⁴¹ RINCÓN, David Nogáles. La memoria funeraria regia en el marco de la confrontación política. In: SORIA, José Manuel Nieto (Dir.). *El conflicto en escenas: La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval*. Madrid: Sílex, 2010, pp. 323 - 355, p. 334.

poder régio de Providência Divina. Dessa forma, os reis eram reis pela “Graça de Deus”⁴². Os monarcas consideravam-se os representantes de Deus na terra, afirmando que o poder real provinha de Deus e, assim, somente a Ele deveriam devolvê-lo.

Nesse sentido, surgia a questão: como ficaria a *potestas* e *auctoritas* régias após o falecimento do rei? A morte do *princeps*, ainda mais em tempos de crise sucessória, causava uma grande comoção e perturbação social. A maneira de se evitar o caos e trazer a ordem consistiria especialmente na resolução da transmissão do poder. O monarca deveria repassar o poder que recebera por Graça ao seu sucessor e, dessa forma, garantiria a governabilidade e o equilíbrio necessários para acalmar o “luto cósmico”⁴³.

Assim, o sucessor tornava-se o responsável pela realização do cerimonial fúnebre do rei que lhe transmitiu o poder, e foi exatamente a atitude tomada por D. Duarte na sucessão de D. João I, conforme narrou Rui de Pina. Segundo esse narrador, D. Duarte seguiu fielmente as recomendações que seu pai dispôs em testamento, tomando as rédeas da realização da cerimônia fúnebre de D. João ao sepultamento no Mosteiro da Batalha; como fixado nos epitáfios inseridos no túmulo conjugal de D. João I e D. Filipa de Lencastre⁴⁴. Por meio da contratação de cronistas, D. Duarte também foi o principal responsável pela edificação e pela manutenção da memória do reinado de seu progenitor, na contratação de cronistas.

D. Afonso V também daria as devidas atenções ao monumento fúnebre e às vontades sepulcrais do pai, o que explica o protagonismo de D. João II, o *Príncipe Perfeito*, nas narrativas de Resende que contam os acontecimentos decorridos dos momentos finais da vida de D. Afonso ao cerimonial fúnebre desse monarca. Conforme Rui de Pina, D. Duarte desejava ser sepultado em um túmulo conjugal com a esposa, a Rainha Dona Leonor de Aragão, na capela que mandara construir no panteão batalhino. Porém, após ser afastada da regência do reino pelo Infante D. Pedro, esta veio a falecer em exílio no reino de Castela, no ano de 1445. Dez anos depois, D. Afonso V mandou trasladar os restos mortais de sua mãe, sepultados em Toledo, para o Panteão de Avis, cumprindo assim com sua obrigação para com as vontades testamentárias de seus pais: “[...] a levou ao Moesteiro da Batalha, em que com a divyda

⁴² VENTURA, Maria Garcez. **A Corte de D. Duarte**: política, cultura e afectos. Lisboa: Verso da História, 2013, p. 35.

⁴³ MATTOSO, José. **Poderes Invisíveis**: o imaginário medieval. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001, p. 118.

⁴⁴ PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei D. Duarte**. Porto: Renascença Portuguesa, 1914, cap. I. Doravante utilizaremos a sigla CDD para citar esta crônica.

sollenidade e cirimonia, que em tal auto e a tam alta Raynha se requeria, foy lançada com ElRey Dom Duarte seu marido”⁴⁵.

De acordo com o cronista, em agosto de 1481, chegou a notícia de que o rei se encontrava muito “doente de febres” na Vila de Sintra e, sabendo disso, o príncipe partiu apressado ao seu encontro. Ao chegar ao local, presenciou o estado grave de saúde do rei e teve a notícia de que os físicos não encontravam um diagnóstico. D. Afonso teria ficado muito alegre com a visita do filho, já que “por que em todas suas fortunas elle só foi sempre o principal conforto e remedio d'ellas, e o que El-Rei em todos os tempos sobre todos mais estimou”⁴⁶. Ao considerar que não havia cura para os males que afligiam seu pai, o príncipe, como “prudente e mui virtuoso filho”⁴⁷, voltou as atenções para a salvação da alma do rei, reforçando todos os ritos necessários, o que o soberano teria aceitado e recebido com amor e paciência “[...] dando muitas graças a Deos por livrá-lo de tantos perigos, como tinha livre, e o deixar morrer em seus reinos, e em sua casa e sua cama, com conhecimento de sua morte”⁴⁸.

Observamos que, nessa narrativa cronística, o Africano morreu em perfeita paz, no lugar em que nasceu. Elemento que remete ao desenvolvimento de uma trajetória vital e temporal circular⁴⁹, um passamento com características semelhantes à boa morte de seu avô, o Mestre de Avis, que também nasceu e morreu em Lisboa. Assim como D. João I, seu neto também partiria desse mundo fechando um “ciclo perfeito”.

Seguindo fielmente as recomendações do filho, D. Afonso realizou os rituais finais particulares daqueles que se preparavam bem para a morte: confessou, comungou e foi ungido com muita devoção e arrependimento dos seus pecados, como “católico e virtuoso rei”, deu sua alma a Deus perante seu filho, finando-se em 28 de agosto de 1481. Com todos do reino cobertos de luto e tristeza, “porque ElRei era mui bemquisto e mui amado de todos. Foi logo o corpo d'El-Rei com muita solemnidade e muito grande tristeza levado ao mosteiro da Batalha, e sepultado na casa do capitulo, onde ainda agora jaz”⁵⁰. No registro de Garcia de Resende

⁴⁵ CDVA, cap. CXXXVII, p. 771.

⁴⁶ RESENDE, Garcia de. *Op. cit.*, cap. XXII, p. 59.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ *Ibidem*, cap. XXII, pp. 59 - 60.

⁴⁹ GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p. 347.

⁵⁰ RESENDE, Garcia de. *Op. cit.*, cap. XXII, p. 61.

reforçava-se, mesmo que brevemente, a manifestação de pranto dos súditos devido ao passamento do seu soberano. Conforme Resende:

E pelo grande sentimento que todos souberam que El-rei tinha pela morte d'El-Rei seu pae, e tambem pelo nojo em todos ser mui geral, por quão amado e bemquisto era, foram em todo o reino feitos muito grandes prantos com grandes cerimonias de tristeza, e toda a gente vestida de burel, almafega, luto e vaso. E por mandado d'El-Rei foram feitos todos os mosteiros e egrejas grandes e devotas exequias, em que mui devotadamente encommendavam sua alma a Deos.⁵¹

Observa-se, no trecho, a evocação da manifestação do luto coletivo — apresentado por meio das demonstrações de pranto, luto e “dor da alma” pelo passamento de Afonso V — como característica da grandiosidade do rei que se finara. Os relatos da manifestação de pranto no discurso cronístico no período tardo-medieval diferem-se dos significados costumeiramente atribuídos até meados da Idade Média, em que se manifestava o pranto na intenção auxiliar na boa passagem da alma, como demonstrou José Mattoso⁵². No início do século XVI, o que interessava no discurso do cronista era reforçar D. Afonso V como um rei exemplar e, por isso, os súditos entravam em prantos pelo seu passamento. Prantos que só poderiam ser “curados” com o remédio representado na figura do príncipe herdeiro e sucessor, D. João II.

Resende, destacando a participação do Príncipe Perfeito como o principal responsável pela realização da cerimônia final do pai, conta que D. João II ordenou a realização de celebrações e homenagens a D. Afonso, como também convocou a Corte Geral de Évora para decidir sobre as vontades testamentárias do finado rei. O cronista encerrou a narrativa reforçando como D. João se encarregou dos preparativos e das decisões perante os membros da corte do pai, que, naquele momento de imensa tristeza pela perda, “[...] de tão bom senhor foi grandissimo remedio tão virtuoso e verdadeiro amparo como todos em El Rei acharam”⁵³. O rei sucessor cumpria o papel no recebimento da transmissão do poder monárquico, garantindo o equilíbrio necessário para acalmar os prantos que o luto cósmico causava nos súditos, de modo que as ações tomadas pelo monarca se traduziriam em um “medicamento” para a dor que a morte de Afonso V trazia ao reino português.

Ao longo do século XVI, outros cronistas elaboraram novas narrativas sobre o passamento de D. Afonso V, alguns se inspirando nos relatos de Pina e Resende e reproduzindo

⁵¹ *Ibidem*, p. 62.

⁵² Cf. MATTOSO, José. *Op. cit.*

⁵³ RESENDE, Garcia de. *Op. cit.*, cap. XXII, p. 62.

discursos semelhantes. Entre esses biógrafos, chama atenção a narrativa redigida por Damião de Góis, pois se distingue das demais quanto ao evento do falecimento do monarca. Ao contrário dos relatos dos outros cronistas, Góis construiu um discurso em que D. Afonso foi o senhor e o protagonista de seu processo de morrer, ou seja, relata que o rei era sujeito da própria morte, não se limitando a um personagem secundário enquanto o filho, D. João, protagonizava o papel de controle do morrer do pai⁵⁴. Conforme o cronista:

Achou ainda el Rei em todo seu entendimento, e juizo natural, posto que desesperado dos medicos, de cuja vinda el Rei recebeo muita consolaçam, e lhe dize muitas palavras cheas de bons e paternaes conselhos, encomendando-lhe ha governança do Regno e ha orfindade da Rainha donna Joanna sua sposa, e com estas e outras palavras de catholico Christão, tendo já feito e aprovado seu testamento, e recebidos hos Sacramentos da Egreja, deu a Alma a Deos [...]. De Sintra foi levado seu corpo aho mosteiro da Batalha, acompanhado pelo Conde Monsancto, dom Joam de Castro, e per outras pessoas principaes, onde foi sepultado na casa do Cabido do mesmo mosteiro.⁵⁵

Rui de Pina e Damião de Góis pouco escreveram sobre a cerimônia fúnebre e a transladação do corpo de D. Afonso V para ser sepultado no Mosteiro da Batalha. Garcia de Resende, por outro lado, dedicou um capítulo da crônica para descrever o evento. Conforme o cronista, D. João II convocou os fidalgos e os senhorios do reino para o saimento do rei falecido e organizou a cerimônia com “grande perfeição”, realizando-a no fim de setembro, no Mosteiro da Batalha, em que “[...] El'Rei foi em pessoa acompanhado de todos os grandes e nobres de seus reinos, e de outra muita gente honrada: o qual saimento fez muito perfeitamente e com grande sentimento no dito mosteiro”⁵⁶.

No início do século XVII, o dominicano Frei Luís de Sousa, em *Crônica de São Domingos*, descreveu as características do monumento sepulcral de D. Afonso V na Casa do Capítulo. De acordo com o clérigo, o túmulo do monarca se encontrava no meio do recinto, “[...] no alto parecem dous tumulos juntos cubertos de panos ricos; em hum está o corpo d'este Rei”⁵⁷, e, no outro ao lado, achava-se o túmulo do príncipe D. Afonso, o falecido primogênito de D. João II, onde seus corpos descansariam pelos próximos séculos. Em 1810, durante as invasões napoleônicas a Portugal, os túmulos foram profanados por mercenários franceses que

⁵⁴ GOMES, Saul António. *Op. cit.*, p. 347.

⁵⁵ GÓIS, Damião de. *Crônica do Príncipe D. João*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 215.

⁵⁶ RESENDE, Garcia de. *Chronica de El Rei D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Escriptorio, 1902, v. 3, cap. XXIII, p. 61.

⁵⁷ SOUSA. Fr. Luís de. *História de S. Domingos*. Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. 648 - 649.

se instalaram no mosteiro e transformaram a Casa do Capítulo numa espécie de dormitório coletivo⁵⁸. Os soldados invasores retiraram os ataúdes do local em que estavam desde 1491, colocando-os em um canto onde permaneceram até a sua partida. Posteriormente, os religiosos responsáveis pelo convento recolheram o que restava das ossadas do monarca e seu neto D. Afonso, depositando-as em uma urna temporária.

Apenas em 1901, em uma cerimônia solene na presença do rei D. Carlos I, da rainha D. Amélia, do príncipe herdeiro D. Manuel, de membros do alto clero português e da aristocracia, D. Afonso V teve suas ossadas trasladadas para o túmulo construído nas laterais da Capela do Fundador. Um monumento fúnebre conjugal que passaria a dividir com os restos mortais de sua primeira esposa, a rainha Dona Isabel, juntando-se aos demais reis da Casa de Avis sepultados no local. Completava-se, assim, na capela o testemunho, ou a memória fúnebre, das cinco primeiras gerações de reis de Avis sepultados na Capela do Fundador: D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e o príncipe D. Afonso, reforçando, no lugar, “um espaço do sagrado por excelência e um incontornável altar simbólico da liturgia histórica, espiritual e secular da identidade portuguesa”⁵⁹.

A morte régia em comparação: o caso dos reis Juan II e Henrique IV de Castela

A história da entronização da dinastia de Trastâmara em Castela⁶⁰ possui muitas semelhanças com a conquista do trono português pela Casa de Avis. Assim como D. João I de Portugal, o fundador da dinastia, o rei D. Henrique II era filho ilegítimo e sem direitos na sucessão régia. Henrique II (1369 - 1379) era filho do rei D. Afonso XI (1311 - 1350) e meio-irmão de Pedro I de Castela (1350 - 1369), a quem sucedeu após uma guerra civil, na qual assassinou o meio-irmão, assumindo, então, a Coroa de Castela. O contexto dos conflitos internos que eclodiram no reino castelhano foi diretamente influenciado pela chamada “Crise do Século XIV”, devido a eventos como a Guerra dos Cem Anos e o Cisma do Ocidente. Em seu curto reinado, Henrique II apoiou-se na França de Carlos V (1364 -1380), tomando partido pelos franceses nos conflitos contra os ingleses, antes aliados de Pedro I, além de tomar o partido do papado de Avinhão, rompendo drasticamente com a política externa adotada em

⁵⁸ GOMES, Saul Antônio. *Op. cit.*, p. 362.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 364.

⁶⁰ Cf. BARUQUE, Julio Valdeón. **La dinastía de los Trastámara**. Madrid: Fundación Iberdrola, 2006.

Castela anteriormente. Os portugueses, por outro lado, a partir do reinado de D. João I, aliaram-se aos ingleses e mantiveram-se alinhados ao papa de Roma⁶¹.

Em termos de Península Ibérica, a instabilidade do direito ao trono de D. Henrique II o levou a travar batalhas contra o rei D. Fernando de Portugal e com o Duque de Lencastre João de Gante⁶² que, por casamento com Dona Constança, filha de Pedro I, reivindicava o trono castelhano. Vencidos os conflitos, D. Henrique assegurou a Coroa castelhana, transmitindo-a ao seu filho, D. Juan I (1379 - 1390), que, a exemplo do pai, mais tarde, também teria problemas com Portugal. Primeiro com D. Fernando, a quem derrotou e recebeu, por meio de um tratado de paz, a filha e herdeira castelhana, D. Beatriz, em matrimônio. Depois, entrou em conflito com D. João I na disputa pelo trono lusitano; além do próprio Duque de Lencastre, que, aliado ao Mestre de Avis, invadiu o reino castelhano tentando tomar o trono.

Se pudermos traçar um paralelo entre as narrativas biográficas dos reis castelhanos e portugueses, os filhos e os sucessores de D. João I de Portugal e de D. Juan I de Castela carregaram um estigma de fraqueza nas memórias produzidas de suas vidas e relatos da morte. A melancolia de D. Duarte, como uma “doença da alma” e os males físicos com que D. Henrique III (1390 - 1406) conviveu ao longo da vida, também chamado de melancólico pelo cronista Fernán Pérez de Guzmán, eram características que refletiram diretamente na construção das narrativas sobre os monarcas.

Curiosamente, seus sucessores, D. Afonso V de Portugal e D. Juan II de Castela, também partilharam de muitas semelhanças em suas histórias e reinados, dentre essas similaridades destacamos que: ambos herdaram o trono ainda na infância, D. Afonso com menos de cinco anos de idade e D. Juan com dois anos incompletos; seus tios assumiram a regência do reino e a criação dos príncipes herdeiros. No caso português, o Infante D. Pedro “usurpou” a regência e exilou a rainha D. Leonor. Em Castela, D. Catarina e D. Fernando dividiram a governabilidade do reino até a partida do regente para Aragão, onde se tornou rei. A influência dos regentes e, mais tarde, da aristocracia sobre os reis traria consequências

⁶¹ Cf. FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85) In: GUIMARÃES, Marcella L. Guimarães; FRIGHETTO, Renan (Coord). **Instituições, Poderes e Juridições na Baixa Idade Média Portuguesa**. Curitiba: Juruá, 2007.

⁶² João de Gante, o Duque de Lencastre (1340 - 1399) foi o quarto filho do monarca inglês Eduardo III (1327 - 1377). Recebeu de seu sobrinho, Ricardo II (1377 - 1399), o ducado de Lencastre, tornando-se o fundador dessa Casa.

similares nos dois reinados, que foram marcados pelo aumento da descentralização do poder régio e, conseqüentemente, do poder da nobreza. Por fim, ambos tiveram longos reinados, que duraram mais de quarenta anos, considerando o período regencial, e que foram marcados por expansões. Os portugueses expandiram em direção à África e os castelhanos em direção ao sul da Península Ibérica, na tentativa de conquistar os territórios islâmicos remanescentes, no caso, o reino de Granada.

As semelhanças entre as narrativas sobre os reis ibéricos não se limitaram apenas na comparação entre Juan II e Afonso V. O monarca castelhano, no perfil traçado por Pérez de Guzmán, aparentava compartilhar das muitas características atribuídas ao rei D. Duarte, principalmente aquelas relacionadas à erudição, sendo exaltada a sua condição de intelectual e de amante das artes e das ciências, ressaltando também as suas habilidades artísticas enquanto músico e poeta. Vejamos quem era D. Juan II de Castela, conforme o cronista:

Fué este ilustrísimo Rey de grande y hermoso cuerpo, blanco y colorado mesuradamente, de presencia muy real: tenia los cabellos de color de avellana mucho madura, la nariz un poco alta, los ojos entre verdes y azules; inclinaba un poco la cabeza; tenia piernas y piés y manos muy gentiles. Era hombre muy trayente, muy franco, é muy gracioso, muy devoto, muy esforzado, dábase mucho á leer libros de Filósofos é Poetas; era buen eclesiásno, asaz docto en la lengua latina, mucho honrador de las personas de sciencia. Tenia muchas gracias naturales; era gran músico, tañia é cantaba é trovaba é danzaba muy bien.⁶³

Apesar de Guzmán ser sobrinho de Pedro Ayala e de ambos ocuparem o mesmo cargo, a escrita daquele parece se diferenciar das narrativas deste, especialmente no que se diz respeito à idealização da imagem dos monarcas no discurso cronístico. Ambos escreveram sobre reis que foram seus contemporâneos, tendo participado diretamente do governo dos soberanos da Casa de Trastámara. Nesse sentido, Ayala parece-nos mais objetivo em suas narrativas, com maior preocupação em relatar acontecimentos históricos, tanto os fatos que presenciou quanto que conheceu a partir da coleta de de testemunhos que considerava confiáveis. Fernán Guzmán, em suas narrativas sobre os reinados de D. Henrique III e D. Juan II, parte de uma metodologia

⁶³ [Era esse rei muito ilustre de grande e bonito corpo, branco e avermelhado, de presença muito real: tinha cabelos castanhos muito maduros, nariz um pouco alto, olhos verdes e azuis; a cabeça um pouco inclinada; Ele tinha pernas e pés e mãos muito gentis. Ele era um homem muito talentoso, muito franco, e muito gracioso, muito devoto, muito esforçado, dedicou-se muito a ler livros de Filósofos e Poetas; era um bom religioso, muito instruído na língua latina, uma grande pessoa de honra da ciência. Tinha muitas graças naturais; Ele era um ótimo músico, cantava, trovava e dançava muito bem.] PÉREZ DE GUZMAN, Fernán. Crónica del Señor Don Juan, Segundo de este nombre en Castilla y en Leon. In: ROSSEL, Cayetano (Ed.). **Crónicas de los reyes de Castilla**, desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel; Tomo II. Madrid: M. Rivadeneyra, 1875-1878, cap. II, pp. 692 - 693. [Cópia digital. Valladolid; Junta de Castilla y León. Consejería y Turismo, 2009-2010].

similar, porém, o seu texto tem um caráter mais carregado de simbolismos ideológicos, que objetivavam engrandecer os reis biografados. Os textos de Guzmán se aproximavam daqueles produzidos pelos cronistas portugueses da Casa de Avis, especialmente Gomes de Zurara, contemporâneo de Guzmán, mas também Rui de Pina e Garcia de Resende.

Além de tecer elogios voltados para as características físicas do rei e para as suas habilidades intelectuais, artísticas e governamentais, Pérez de Guzmán manteria esse modelo de narrativa na construção do discurso da morte de Juan II. Se Ayala tendia a ser mais discreto e econômico ao narrar o cenário da morte dos reis castelhanos, do início do processo do morrer à cerimônia fúnebre e ao sepultamento dos soberanos, Guzmán, ao contrário, construiu uma narrativa com muitos detalhes ao descrever a morte de D. Juan II. Conforme o cronista, no dia 22 de julho de 1454, “[...] *murió este Rey Don Juan en Valladolid en edad de cinquenta años, de enfermedad de quartana*⁶⁴, *con otros algunos accidentes que le sobrevinieron*”⁶⁵. Seguido o falecimento, o rei foi inicialmente sepultado em Valladolid, na Igreja de San Pablo e, um ano depois, seus restos mortais foram trasladados para a Cartusiana de Miraflores, um conjunto monástico que se situa nas cercanias da cidade de Burgos, que o próprio rei mandara construir no ano de 1441. Em seguida, o cronista narrou o cortejo fúnebre que seguiu o processo de trasladação de Juan II ao mosteiro:

*[...] é alli fué solennemente trasladado, segun dispusieda en su final voluntad é testamento: al qual salió recibir Don Alonso, Obispo de Búrgos con honrada é gran copia de Eclesiásticos é otros nobles de la cibdade de Búrgos hasta Palenzuela, é de alli lo acompañaron juntos con los nobles varones Ruy Diaz de Mendoza é Juan de Padilla, que con él venian de Valladolid con asaz muchedumbre de clérigos que salian de las villas é lugares comarcas a lo acompañar con cruces en procesion cantando sus resposos é oraciones, segun costumbre es en tal caso.*⁶⁶

A solenidade em homenagem ao rei falecido seguia em um cortejo acompanhado pela nobreza e a alta clerezia do reino. No trajeto, dava-se continuidade à cerimônia, passando por

⁶⁴ D. Juan teria falecido de alguma doença que provocava febre a cada quatro dias, ou que durasse por volta de quatro dias, indicando que poderia ter contraído alguma infecção. No mês de julho, período de altas temperaturas do verão ibérico, era comum os surtos de doenças e epidemias, como a malária e a gota. É provável que o monarca tenha adquirido alguma dessas doenças, que o cronista definiu como "*enfermedad de quartana*".

⁶⁵ [Este rei Don Juan morreu em Valladolid aos cinquenta anos de idade, com doença de quartana, além de outros acidentes que lhe aconteceram.] PÉREZ DE GUZMAN, Fernán. *Op cit.*, p. 694.

⁶⁶ [E ali foi solenemente transferido, de acordo com sua vontade e testamento finais: em que foi recebido por Dom Afonso, bispo de Búrgos, junto a honrados eclesiásticos e outros nobres da cidade de Búrgos a Palenzuela, e dali o acompanharam junto com os nobres Ruy Diaz de Mendoza e Juan de Padilla, que com ele vieram de Valladolid com uma grande multidão de clérigos que deixaram suas vilas e comarcas para acompanhá-lo com cruces em procissão, cantando suas respostas e orações, conforme o costume neste caso.] PÉREZ DE GUZMAN, Fernán. *Op cit.*, p. 694.

outros lugares sagrados de Castela, como o mosteiro feminino de Las Huelgas, onde as monjas cantavam e recitavam o Ofício de Defuntos, que foi seguido de uma missa ministrada pelo bispo de Burgos. Finalizado esse primeiro rito cristão da boa morte do rei, eles partiram para o Mosteiro de San Pablo, no qual os frades franciscanos e demais religiosos no convento fizeram vigília, repleta de cânticos e orações, durante a noite pela alma do seu soberano. Pela manhã, saíram em procissão, com o ataúde contendo as ossadas de D. Juan sendo carregado pelos nobres por cima de seus ombros até o Mosteiro de Miraflores, onde o rei falecido recebeu solenemente as exéquias comandadas pelo bispo de Burgos e foi sepultado no monumento funerário que mandara edificar no local⁶⁷.

Observa-se na narrativa de Guzmán uma preocupação maior com a descrição do cerimonial fúnebre do rei biografado. Porém, o cronista pouco ou nada mencionara sobre as atitudes dos monarcas no leito de morte ou buscara idealizar um comportamento ideal durante o morrer, o que se esperaria dos reis cristãos, portadores do poder divino, escolhidos por Deus para governar e, portanto, eleitos também para a salvação. Mas, se há pouca descrição nesse sentido, Pérez de Guzmán a compensara no cenário construído sobre o cortejo de transladação dos restos mortais de Juan II para o túmulo no mosteiro que o rei mandou construir⁶⁸.

Podemos novamente comparar a dinastia de Trastâmara com a Casa de Avis, especialmente nesse trecho. Notam-se semelhanças em relação às cerimônias fúnebres narradas por Rui de Pina sobre a morte dos monarcas portugueses, especialmente o cortejo ao túmulo de D. João I. Na crônica de D. Duarte, redigida por Pina, o corpo de D. João, após ficar por meses exposto na Sé de Lisboa, foi trasladado para o Mosteiro da Batalha, monumento que o rei mandara construir, passou durante o trajeto por mosteiros e igrejas e, assim, despediu-se dos súditos⁶⁹. Na narrativa, reforçava-se também a presença dos grandes estratos sociais do reino, a nobreza e os bispos, que seguiram o cortejo, entoando cânticos e orações para a boa passagem da alma de seu rei.

⁶⁷ PÉREZ DE GUZMAN, Fernán. *Op cit.*, p. 694.

⁶⁸ Cf. YARZA LUACES, Joaquín. La Cartuja de Miraflores: los sepulcros. **Cuadernos de Restauración de Iberdrola** [online], v. XIII, 2007. Disponível em: <<https://www.fundacioniberdrola.espana.org/wp-content/uploads/cartuja-miraflores-sepulcros-cuadernos-restauracion-recuperacion-publicaciones-fundacion-iberdrola-espana.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁶⁹ CDD, cap. V.

Isso nos permite considerar que na altura da morte de Juan II, 1454, a Casa de Trastâmara encontrava-se consolidada no poder, estendendo o seu domínio para além do reino de Castela e Leão, pois era senhora também de Aragão⁷⁰. As disputas com Portugal encerraram-se ainda nos primeiros anos do reinado de D. Juan II, o que possibilitaria os castelhanos voltarem-se para as preocupações peninsulares no que tangia ao ideal de reconquista, isto é, expandir-se em direção aos domínios islâmicos na Península Ibérica. Os filhos e sucessores de D. Juan, o rei D. Henrique IV (1454 - 1474) e D. Isabel I (1474 - 1504), a Católica, dariam continuidade a esses ideais, especialmente após o casamento de D. Isabel com Fernando II de Aragão (1479 - 1516), a Conquista de Granada (1492) e a consequente unificação do reino da Espanha.

Dos reis castelhanos do século XV, Henrique IV foi aquele que melhor teve uma relação política com o reino de Portugal, principalmente após o seu casamento com Dona Joana, irmã do rei D. Afonso V, em 1455. Em Castela, a primeira metade do século XV foi marcada por diversas crises políticas, especialmente no que tangia a relação da aristocracia castelhana com a Coroa⁷¹. O jovem D. Henrique havia sido peça chave nas disputas entre as casas senhoriais, que concorriam por maior influência e, até mesmo, pelo controle do então príncipe durante o reinado do pai, D. Juan II. Movido pelas disputas entre a nobreza castelhana, D. Henrique levantou armas contra seu progenitor.

Essa conturbada fragmentação política seria herdada por D. Henrique, que assumiria um reino com grande tendência a guerras civis e dividido pelos ramos de Trastâmara de Aragão (os Infantes de Aragão), adversários da Coroa no seio aristocrático e aliados a Portugal. Manuela Mendonça afirma que viu-se “renascer” um *neossenhorialismo*⁷² mediante o crescimento de casas senhoriais ao longo do século XV, período em que as monarquias caminhavam para a centralização política⁷³. Para resolver os conflitos internos, Henrique IV

⁷⁰ Filho de D. Juan I de Castela e de D. Leonor de Aragão e irmão de Henrique III. Além da regência da Coroa castelhana, o Infante D. Fernando herdou, em 1412, após a morte do rei D. Martim I (1396 - 1401), o trono de Aragão. Sobrinho do monarca por parte materna, foi eleito rei dos aragoneses pelo conselho régio formado por grandes do reino e governou como D. Fernando I de Aragão até 1416, ano de sua morte.

⁷¹ ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida. **Portugal e Castela na Idade Média**. Lisboa: Edições Colibri, 2009, pp. 213 - 278.

⁷² Para Mendonça, os monarcas peninsulares no século XV “[...] apenas puderam ensaiar algumas mudanças, frente a um mundo novo que se lhes oferecia, mas que ainda estava fortemente dominado por uma mentalidade senhorial”. MENDOÇA, Manuela. *Op. cit.*, p. 248.

⁷³ Convém ressaltar que as teses do advento de uma “neossenhorialização” e da descentralização política no reino português no reinado de D. Afonso V, defendidas por Mendonça e por uma grande corrente da historiografia

necessitava do apoio de forças externas, buscando-o nos reinos vizinhos, principalmente no aliado português D. Afonso V⁷⁴. Nesse contexto, Julieta Araújo reforça que a chave para o jogo político peninsular se encontrava nas relações entre seus principais reinos: Portugal, Castela e Aragão⁷⁵. Desde a subida ao trono de Aragão por Fernando I de Antequera, em 1412, Castela e o reino aragonês passaram a ser governados por diferentes ramos da mesma dinastia, o que deu aos descendentes desse monarca uma importante atuação no equilíbrio peninsular e nos destinos de Castela, sendo oponente político de Juan II e seu filho Henrique IV.

Como bem demonstrou Luis Suarez Fernandez, um dos principais mecanismos utilizados pelos adversários políticos do rei castelhano foi a difamação (como arma política)⁷⁶. Entre os elementos difamatórios utilizados pela nobreza castelhana com a intenção de atingir o monarca, citamos a alcunha de “impotente”⁷⁷ e a dúvida quanto a paternidade de sua filha, a infanta D. Joana (1462 - 1530), marcada pelo codinome pejorativo *La Beltraneja*⁷⁸. A facção

lusitana, têm sido questionadas por estudos recentes que apontam o avanço, especialmente no campo da teoria política e do direito, na construção do chamado “Estado Moderno” e, portanto, caminhando para uma maior centralização política durante a regência do duque de Coimbra D. Pedro (1392 - 1449) e o reinado de D. Afonso V. Cf. CARVALHO, João Cerineu Leite de. **Domínio e exploração sociais na emergência do Estado Moderno Português** (D. Pedro e D. Afonso V – 1438-1481). 2013. 339 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

⁷⁴ Os contatos entre D. Henrique IV de Castela e D. Afonso V eram frequentes considerando se tratar de um período em que não se era comum os encontros entre reis. De acordo com Manuela Mendonça, essa proximidade nos leva a crer que “[...] o casamento dum irmã do rei português com aquele monarca motivou uma política de proximidade, política essa que conduziria à concretização de um antigo projecto de unificação dos dois reinos”. MENDONÇA, Manuela. *Op. cit.*, p. 98.

⁷⁵ ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida. *Op. cit.*, p. 126.

⁷⁶ Cf. FERNANDEZ, Luis Suarez. **Enrique IV de Castilla: la difamación como arma política**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

⁷⁷ Fernandez reforça que a anulação do casamento de Henrique IV com Branca de Navarra e o segundo casamento com Joana de Portugal foram ações movidas pelo interesse de que “[...] *era necesario probar que, siendo Enrique impotente en relación com Blanca, estaba sin embarco en condiciones de intentar; com outra, la empresa de proporcionar a Castilla um herdero*” [era necessário provar que, sendo Henrique impotente em relação a Branca, estava em condições de tentar, com outra, a empresa de proporcionar a Castela um herdeiro.] FERNANDEZ, Luis Suarez. *Op. cit.*, 2001, p. 122.

⁷⁸ Conforme Julieta Araújo, “[...] o favorecimento régio a este fidalgo [D. Beltrán de la Cueva] que, após o nascimento da princesa, fora também feito conde de Ledesma, levou à acentuada convicção de que era D. Beltrán o pai de Joana, o que levaria a que, por escárnio, fosse apelidada de ‘*la Beltraneja*’. Certo é que, na mesma ocasião, o conde de Ledesma recebeu ainda o mestrado de Santiago e o ducado de Albuquerque. A má vontade para com o favorito do rei e a insistência deste em protegê-lo foram pretexto para o crescimento da oposição interna, que gizou um projecto que passava pela afastamento da jovem princesa da sucessão”. ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida. *Op. cit.*, p. 126. Para Manuela Mendonça, essa problemática marcaria o restante do reinado de Henrique IV, terminando com um reino dividido, “[...] teve um governo agitado, que culminou numa série de atitudes desencontradas que viria a tomar, sobretudo nos últimos anos do seu reinado. [...] No entanto o seu principal problema era de difícil solução, por ser de ordem social: depois de jurada D. Joana como sucessora de direito, o clima de tensão interna já existente agigantou-se; a nobreza dividida serviu-se de acusação de que D. Joana não era filha do rei, mas sim do seu favorito, D. Beltrão de La Cueva”. MENDONÇA, Manuela. *Op. cit.*, pp. 99 - 100.

da aristocracia liderada pelo arcebispo de Toledo Alfonso Carrillo de Acuña (1410 - 1446 - 1482) trouxe diversos conflitos contra a Coroa, tendo inclusive proclamado o meio-irmão do monarca, o infante D. Afonso de Castela (1453 - 1468), como rei dos castelhanos, e, após o falecimento deste em 1468, apoiou a sua irmã, Isabel de Castela (1451 - 1474 - 1504), tendo também, após várias batalhas, levado Henrique IV a reconhecê-la como sua herdeira no lugar da filha, a infanta Dona Joana⁷⁹.

A “fraqueza” e falta de habilidade política registrada pelos biógrafos contemporâneos de D. Henrique não se concentrariam apenas na narrativa dos feitos do rei em vida, mas também seriam evocados em textos laudatórios. O cronista Diego Enríquez del Castillo, conselheiro e partidário de Henrique IV, registrou em crônica os últimos momentos da vida do monarca castelhano. Conforme Castillo, entre os meses de outubro e novembro de 1474, o rei D. Henrique retornava a cidade de Madrid, desejando repousar, pois estava fraco e debilitado das viagens⁸⁰.

Com o diagnóstico médico de que a morte do monarca se aproximava, trataram de chamar os clérigos para iniciar os rituais da boa morte e a comunhão do rei, porém, Henrique teve uma leve melhora pela manhã, alimentou-se e voltou a dormir. Mais tarde, acordou sentindo uma terrível dor nas costas que duraria por mais de dez horas. Narrou o cronista que os senhores que acompanhavam o soberano⁸¹ logo chamaram o confessor do rei, Frei Pedro Mazuelo, para que D. Henrique confessasse e ordenasse sua alma a Deus, pois não teria mais do que três horas de vida. Terminado a penitência, o monarca, ainda em estado de consciência, deixou que seus testamentários, os senhores ali presentes, fossem encarregados de cumprir com as vontades sepulcrais que expressara, ordenando que o seu corpo fosse levado à Santa

⁷⁹ Os infantes D. Afonso e Dona Isabel foram filhos do segundo casamento do rei D. Juan II com Dona Isabel de Portugal, filha do infante D. João, e, portanto, neta do rei D. João I de Portugal. Em 1464, as cortes castelhanas haviam obrigado D. Henrique a negar a paternidade da filha e reconhecer o infante D. Afonso como seu herdeiro. Após a morte deste, e ainda em meio à guerra civil, o soberano nomeou a meia-irmã como sua herdeira, tornando D. Isabel princesa das Astúrias e futura rainha de Castela.

⁸⁰ CASTILLO, Diego Enríquez del. Crónica del Señor Enrique, Cuarto de este nombre en Castilla y en Leon. In: ROSSEL, Cayetano (Ed.) **Crónicas de los reyes de Castilla**, desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel; Tomo III. Madrid: M. Rivadeneyra, 1875-1878, cap. CLXVIII, p. 221. [Cópia digital, Valladolid; Junta de Castilla y León. Consejería y Turismo, 2009-2010].

⁸¹ Castillo mencionou o cardeal Mendoza, o condestável do reino, o conde de Benavente e o marquês de Vilhena, entre outros membros da aristocracia castelhana.

Maria de Guadalupe e o enterrado próximo a sepultura da sua mãe, a rainha Dona Maria de Aragão⁸².

Na noite de 11 de dezembro de 1474, D. Henrique IV faleceu aos 49 anos de idade e 20 anos de reinado. Enríquez del Castillo narrou discretamente o cerimonial fúnebre do monarca: D. Henrique foi levado ao Mosteiro de São Jerônimo, onde recebeu as exéquias dignas do seu estado de rei⁸³. Após a sua morte, com a subida de sua meio-irmã, Isabel, a Católica, ao trono, D. Henrique seria privado de suas vontades testamentárias em relação ao sepultamento. Isso durou pelo menos até o ano de 1477, quando os reis católicos venceram a sua rival pelo trono castelhano, D. Joana, e o marido, Afonso V de Portugal, na Batalha do Toro⁸⁴. Terminado o conflito, a soberana mandou realizar um funeral em memória de D. Henrique no Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe e ali também mandou edificar um mausoléu, que ficaria pronto por volta de 1485, para receber os restos mortais do soberano⁸⁵.

Conforme Nogáles Rincón, privar o indivíduo de um monumento funerário foi uma das principais estratégias de *damnatio memoriae*⁸⁶. O ato de negar o sepultamento a um adversário político era recorrente entre a aristocracia e as realezas medievais. Tratava-se da destruição, do apagamento ou do esquecimento da memória do oponente, o que Santo Isidoro de Sevilha associava ao não direito à sepultura⁸⁷. A estratégia de aplicação da *damnatio memoriae* foi uma forma consciente e de manifestação régia, justificando-se na condição tirânica do adversário. Aplicada à memória funerária, consistiria na destruição de testamentos, na negação de sepulturas ou de sepultamento em lugares de acordo com a dignidade régia (do ponto de vista político-religioso) e na privação de uma capela real funerária⁸⁸.

Nesse sentido, negar o monumento funerário real era uma ação política com objetivo de apagamento da memória de linhagem. Citamos como exemplo a atuação de D. Henrique II com

⁸² *Ibidem*, cap. CLXVIII, p. 221.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ Após unir-se em matrimônio com a infanta de Castela, D. Joana, o rei D. Afonso V reivindicou a Coroa castelhana para a sua esposa, entrando em guerra com os reis católicos. A Batalha do Toro, de 1476, culminou com a vitória de Isabel de Castela e Fernando de Aragão sobre os portugueses e a infanta castelhana, legitimando Isabel como rainha de Castela. Cf. GOMES, Saul António. *Op. cit.*

⁸⁵ Cf. RINCÓN, David Nogáles. La memoria funeraria regia en el marco de la confrontación política. In: NIETO SORIA, José Manuel (Dir.). **El conflicto en escenas**: La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval. Madrid: Sílex: 2010, pp. 323 - 355.

⁸⁶ RINCÓN, David Nogáles. *Op. cit.*, p. 337.

⁸⁷ Cf. SAN ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologias**. Madrid: Biblioteca de Autores Christianos, 2009.

⁸⁸ RINCÓN, David Nogáles. *Op. cit.*, p. 353.

o sepultamento de seu irmão, o rei D. Pedro I. Após assassiná-lo, D. Henrique II apoderou-se do trono castelhano, dando origem a Casa de Trastâmara. Henrique II interviu nos ritos funerários e na manutenção da capela e do túmulo do irmão na Catedral de Sevilha. Em Portugal, podemos mencionar o caso de D. Sancho II (1223 - 1248), que, deposto do trono lusitano, morreu em exílio em Castela, sendo, mais tarde, sepultado na Catedral de Toledo, mas não usufruiu de um monumento fúnebre em sua terra natal. O infante D. Pedro, que levantou armas contra o sobrinho D. Afonso V, morreu na Batalha de Alfarrobeira de 1449, teve o corpo por muito tempo exposto no campo do conflito e, depois, foi sepultado discretamente na Igreja de Alverca, desprovido das condições necessárias a alguém de seu estado, então Duque de Coimbra e regente do reino⁸⁹. Apenas seis anos mais tarde, em 1455, D. Afonso V concederia o perdão ao tio, dando-lhe o direito de usufruir de um sepultamento digno de sua condição, e, como havia deixado por vontade póstuma, D. Pedro recebeu, um monumento sepulcral no Panteão de Avis, que abrigou os seus restos mortais trasladados⁹⁰.

Para Nogáles Rincón, as estratégias de *damnatio memoriae* realizadas por Isabel I em relação ao seu oponente, Henrique IV, no âmbito funerário, foram mais modestas⁹¹. O monumento sepulcral no Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe não foi financiado pela sucessora da Coroa, como era a prática entre os monarcas herdeiros⁹², sendo financiado pelo cardeal Mendoza. Esse fato motivou as queixas da infanta D. Joana: a tia teria herdado junto a Coroa vários tesouros, ouro, prata, joias e tecidos finos, e não tivera a consideração de dar as devidas honras e uma sepultura digna a seu rei e senhor, o que daria para qualquer simples cavaleiro do reino⁹³.

Considerações Finais

⁸⁹ Conforme Julieta Araújo: “[...] O cadáver insepulto de D. Pedro só pela noite foi removido para uma pobre casa, juntamente com outros corpos, sem haver quem tivesse coragem de lhe acender uma candeia ou sequer acompanhá-lo. Passados três dias, o corpo foi levado a uma escada por esquife, à igreja de Alverca onde, sem qualquer cerimônia fúnebre, foi enterrado” ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida. *Op. cit.*, p. 206.

⁹⁰ GOMES, Saul António. *Op. cit.*

⁹¹ RINCÓN, David Nogáles. *Op. cit.*, p. 354.

⁹² Conforme Nogáles Rincón, “[...] *la celebración de ceremonias religiosas y actos piadosos por el rey difunto era una obligación legal de su sucesor, una vez que éste tuviese la edad para gobernar el Reino*”. [A celebração de cerimônias religiosas e atos piedosos pelo rei difunto era uma obrigação legal do seu sucessor, uma vez que este tivesse a idade para governar o Reino]. RINCÓN, David Nogáles. *Op. cit.*, p. 329.

⁹³ *Ibidem*, p. 338.

Analisar o processo de construção simbólica da dinastia de Avis no século XV implica entender que os mais variados mecanismos de manifestação e de propagação do poder monárquico tinham um objetivo muito definido: demonstrar e exaltar o porquê de D. João I e seus descendentes terem direito ao trono português. Se fosse necessário lançar mão de recursos para garantir a governabilidade e a manutenção da Coroa, a quem era direcionado todo esse aparato propagandístico? Em primeiro lugar, parece óbvio afirmar que era direcionado para os súditos do reino, dos grandes senhores e da clerezia ao povo comum. Isso nos leva a uma segunda conclusão: se havia necessidade de reforçar o direito ao trono era porque, além das razões da conquista em meio à chamada Crise Dinástica (1383 - 1385) e das origens ilegítimas do então Mestre de Avis, havia outros concorrentes ao trono. O principal adversário de D. João I era o rei de Castela, Juan I, quem, por casamento com D. Beatriz, única filha e herdeira de D. Fernando, reivindicou a Coroa lusitana.

Mesmo após Aljubarrota, a morte de Juan I e os tratados de paz que se seguiram nas primeiras décadas do século XV, com os reinados de Henrique III e Juan II, era preciso garantir que os descendentes de D. João não corressem qualquer risco de ter a legitimidade questionada, principalmente, pelos soberanos dos reinos vizinhos. Os monarcas de Avis se apoiaram em um intenso cerimonial de propagação do seu poder frente aos castelhanos. Ratificada a paz entre as Coroas, a batalha passou para o campo do simbólico, em uma verdadeira disputa de memórias e na produção de elementos que ressaltassem o poder da dinastia. Nessa perspectiva, justificase a construção de memórias grandiosas da morte dos reis de Avis frente aos seus rivais castelhanos, como notamos na comparação entre os discursos fúnebres registrados na pena dos cronistas lusitanos e castelhanos sobre os reis Afonso V de Portugal e Juan II e Henrique IV de Castela.

No caso de D. Afonso V, os biógrafos escreveram décadas após os eventos narrados, não tendo vivenciado os acontecimentos que antecederam e seguiram a morte do monarca. Rui de Pina e Garcia de Resende, particularmente, escreveram a partir das suas experiências na corte dos reis D. João II, D. Manuel I e D. João III. As crônicas redigidas por esses escritores edificavam as memórias gloriosas dos monarcas e se inseriam num contexto de propaganda da expansão ultramarina em África e na conquista da América. Importava para Pina e Resende, assim como para Damião de Góis mais tarde, exaltar os antecessores de D. Manuel I e D. João III, para quem redigiam as narrativas. É interessante observar que, nesse aspecto, aquilo que os

cronistas consideravam “digno de memória”, a partir dos “grandes feitos” da vida dos reis se relacionavam com as expectativas geradas nos momentos finais da vida dos soberanos. Acreditava-se que as virtudes apresentadas em vida se manifestariam também durante o morrer, demonstrando que o príncipe cristão partiria desse mundo com a garantia da salvação, deixando a corte terrestre em direção à corte celestial.

Por outro lado, em Castela, os cronistas da Casa de Trastâmara, Pedro Ayala, Pérez de Guzmán e Enríquez del Castillo, diferentemente dos autores portugueses, presenciaram boa parte dos eventos narrados, integrando a corte dos monarcas biografados. A narrativa da morte dos reis nas fontes castelhanas de meados do século XV tem um teor mais descritivo e objetivo dos momentos finais da vida dos soberanos, preocupando-se mais com a questão da garantia da sucessão, baseando-se em registros testamentários e em breves relatos sobre o sepultamento e os cerimoniais fúnebres realizados. A partir da ascensão ao trono dos Reis Católicos, D. Isabel I de Castela e D. Fernando de Aragão, observa-se, nos relatos cronísticos, uma maior aproximação com os discursos dos cronistas portugueses no que se refere à idealização da memória da morte dos reis, o que parece ser recorrente na transição entre os séculos XV e XVI.

As narrativas da morte dos reis ibéricos traziam, enquanto elementos de cristalização da memória e do poder, a evocação de ideais que auxiliaram na legitimação das dinastias. Nesse sentido, concordamos com Michel Lauwers quando afirma que “de uma forma geral, nos últimos séculos da Idade Média, a memória dos mortos serviu para fabricar histórias dinásticas, laicas, destinadas a legitimar os poderes dos príncipes”⁹⁴. Dentro de uma concepção de periodização tradicional da história, o século XV europeu é considerado como o ponto de ruptura entre a Idade Média e a Idade Moderna⁹⁵ e, ao mesmo tempo, como o período de consolidação das monarquias centralizadas, que, séculos mais tarde, dariam origem aos regimes absolutistas e, depois, aos Estados modernos. Todo esse movimento de culto à morte dos reis — ou melhor, da memória da morte régia — está intimamente ligado com a ampliação dos poderes e da autoridade da realeza europeia.

Referências

⁹⁴ LAUWERS, Michel. Morte e mortos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**: volume 2. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. p. 276 - 296, p. 291.

⁹⁵ Cf. LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: UNESP, 2015.

Fontes impressas e digitalizadas

CASTILLO, Diego Enríquez del. Crónica del Señor Enrique, Cuarto de este nombre en Castilla y en Leon. In: ROSSEL, Cayetano (Ed.) **Crónicas de los reyes de Castilla**, desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel; Tomo III. Madrid: M. Rivadeneyra, 1875-1878. [Cópia digital, Valladolid; Junta de Castilla y León. Consejería y Turismo, 2009-2010].

D. AFONSO. Carta Régia de D. Afonso V destinada ao cronista Gomes Eanes de Zurara. In: GOMES, Saul Antônio. **D. Afonso V, o africano**. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

D. DUARTE. **Obras**. Introdução e Seleção de Afonso Botelho. Edição comemorativa aos 600 anos do nascimento do rei. Lisboa: Verbo, 1991.

GÓIS, Damião de. **Crónica do Príncipe D. João**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. Crónica del señor don Juan, segundo de este nombre en Castilla y en Leon. In: ROSSEL, Cayetano (Ed.) **Crónicas de los reyes de Castilla**, desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel; Tomo II. Madrid: M. Rivadeneyra, 1875-1878. [Cópia digital, Valladolid; Junta de Castilla y León. Consejería y Turismo, 2009-2010].

PINA, Rui de. **Crônica de El Rei D. Affonso V**. Lisboa: Escriptorio, 1901.

RESENDE, Garcia de. **Chronica de El Rei D. João II e Miscelânea**. Lisboa: Escriptorio, 1902.

SAN ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologias**. Madrid: Biblioteca de Autores Christianos, 2009.

SOUSA. Fr. Luís de. **História de S. Domingos**. Porto: Lello & Irmão, 1977.

Livros, artigos, teses e dissertações

ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida. **Portugal e Castela na Idade Média**. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

ARIÈS, Philippe. **L'Homme devant la mort**. Paris: Seuil, 1977.

_____. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BARUQUE, Julio Valdeón. **La dinastía de los Trastámara**. Madrid: Fundación Iberdrola, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: BLOCH, Étienne (Org.); BLOCH, Marc. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p.119 - 150.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41 - 78.

CARVALHO, João Cerineu Leite de. **Domínio e exploração sociais na emergência do Estado Moderno Português (D. Pedro e D. Afonso V – 1438-1481)**. 2013. 339 f. Tese

(Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DUARTE, Luís Miguel. **D. Duarte**. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

FERNANDES, Fátima Regina. A Monarquia Portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85). In: GUIMARÃES, Marcella L.; FRIGHETTO, Renan. (Coord). **Instituições, Poderes e Juridições na Baixa Idade Média Portuguesa**. Curitiba: Juruá, 2007.

FERNANDEZ, Luis Suarez. **Enrique IV de Castilla: la difamación como arma política**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

GOMES, Saul Antônio. **D. Afonso V, o africano**. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Capítulos de história: o trabalho com fontes**. Curitiba: Aymarã Educação, 2012.

HOFFMANN, Raquel. Literatura Moralizante Avisina - Contexto e Conceito. In: NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo; ALVES, Gracilda, MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Poder e Relações de Solidariedade - Do Portugal Medieval à Alvorada dos Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015. p. 174 - 187.

KELLEHEAR, Allan. **Uma história social do morrer**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LAUWERS, Michel. Morte e mortos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval: volume 2**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. p. 276 - 296.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?**. São Paulo: UNESP, 2015.

_____. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p. 68-83.

MATTOSO, José. **Poderes Invisíveis: o imaginário medieval**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001.

MENDOÇA, Manuela. **D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal**. Lisboa: Estampa, 1991.

RINCÓN, David Nogáles. La memoria funeraria regia en el marco de la confrontación política. In: NIETO SORIA, José Manuel (Dir.). **El conflicto en escenas: La pugna política como representación en la Castilla Bajomedieval**. Madrid: Sílex, 2010. pp. 323 - 355.

SOUSA, Armindo de. **A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

VENTURA, Maria Garcez. **A Corte de D. Duarte: política, cultura e afectos**. Lisboa: Verso da História, 2013.

YARZA LUACES, Joaquin. La Cartuja de Miraflores: los sepulcros. **Cuadernos de Restauración de Iberdrola**, [online], v. XIII, 2007. Disponível em: <<https://www.fundacioniberdrolaespana.org/wp-content/uploads/cartuja-miraflores-sepulcros-cuadernos-restauracion-recuperacion-publicaciones-fundacion-iberdrola-espana.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.